

UM SÍTIO, MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES: O CASO DO CHAMADO “STONEHENGE DO AMAPÁ”

*Mariana Petry Cabral**
*João Darcy de Moura Saldanha**

Resumo

As pesquisas em um sítio de megalitos no Amapá nos colocaram de frente com a construção de vários discursos sobre os vestígios arqueológicos. A partir da perspectiva interpretativa que perpassa o projeto, a profusão de interpretações surgidas com a visibilidade que o sítio ganhou foi entendida como parte importante no processo de construção do próprio discurso científico. Este artigo discute como a abertura a múltiplas interpretações, oriundas de múltiplos autores/atores, contribui para a construção de discursos menos autoritários, logo também para a prática de arqueologias híbridas.

Palavras chave: Arqueologias híbridas, arqueologia amazônica, patrimônio arqueológico.

Abstract

Research at a megalithic site in Amapá exposed us to the construction of a variety of discourses on archaeological vestiges. Considering the interpretative perspective

* Gerência de Pesquisa Arqueológica – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Av. Feliciano Coelho, 1509. Macapá-AP. CEP: 68901-025. Projeto financiado pelo Governo do Estado do Amapá. mariana.cabral@iepa.ap.gov.br e joao.saldanha@iepa.ap.gov.br.

guiding the project, we understood the multiple interpretations raised by the site visibility as an important part of the building process for scientific discourse. This paper discusses the way through which an opening for multiple interpretations, made by multiple authors/actors, favors the building of less authoritarian discourses, thus also a practice of hybrid archaeologies.

Key-words: Hybrid archaeologies, Amazonian archaeology, archaeological heritage.

“Isto não é um cachimbo.”

A arqueologia é uma dessas ciências com cadeira cativa no imaginário popular. Os arqueólogos aparecem nos filmes de Hollywood, em livros e gibis e – no Brasil – mesmo em novelas. E ainda que possamos discutir sobre o perfil destes personagens, muito mais próximos dos colecionistas do século XIX do que dos profissionais contemporâneos, não há como negar a atração que eles exercem sobre o público.

Se essa é a imagem que o grande público recebe sobre os arqueólogos, o que será que eles entendem por “trabalho de arqueologia”? O que os arqueólogos fazem? Poderíamos culpar a grande mídia pelas informações distorcidas, mas até que ponto nós também não somos responsáveis por isso? Nossos textos, nosso discursos, alcançam esse público tão atraído pela arqueologia? Nossos projetos permitem participação? Nossas maneiras de construir interpretações estão abertas para não-arqueólogos, para não-cientistas?

Já não é recente a argumentação de que a ciência, em geral, e também a arqueologia, em particular, não são neutras. Nas palavras de Christopher Tilley (1989), “uma arqueologia apolítica é um perigoso

mito acadêmico”. Se a arqueologia é feita por pessoas – que são sempre falíveis, sempre posicionadas – por que o produto do trabalho dessas pessoas – que é conhecimento arqueológico – seria neutro? Como seria possível retirar o sujeito – que é o próprio pesquisador – do contexto de produção? Essas questões criticam uma postura que afirmava não apenas a possibilidade, mas também a necessidade, da arqueologia como ciência ser imparcial, objetiva, neutra.

Desde pelos menos a década de 1980, na Europa e nos Estados Unidos, os arqueólogos discutem sobre nosso papel social (Wylie, 1989; Tilley, 1989; Shanks & Tilley, 1987, 1992; Hodder, 1992, entre outros). E, obviamente, também fora desse eixo os arqueólogos entraram na discussão (Lima, 2007; Reis 2007; Bezerra 2003; Sheperd, 2008, entre outros). Se pensarmos que a arqueologia é também uma forma de agir no mundo, uma forma de sermos sujeitos em sociedade, o que nós produzimos como arqueólogos é tão importante quanto a maneira como chegamos a isso. A produção arqueológica não é dada. Ela é construída. Não existe um passado – perdido, enterrado, submerso – de um lado, e a ciência arqueológica do outro. O passado só existe na prática científica.

É através desse fazer arqueológico, da prática, que mesmo os objetos são constituídos (Shanks & Tilley, 1992:23). Isso não significa que os objetos não existam, que eles não estejam lá, no sítio. Mas, como afirma Julian Thomas (1996:63), é apenas o reconhecimento do arqueólogo de que aquele vestígio tem relevância que o constitui de fato. Um arqueólogo que não saiba reconhecer uma pederneira, por exemplo, não a encontrará. E se mesmo os objetos materiais são constituídos na prática, o que dizer dos objetos intelectuais como: problemas de pesquisa, temáticas

de projetos, as afirmações que fazemos? (Tilley, 1990:298-300). Ora, também eles não existem fora da prática. Como disse Ian Hodder (1992:5), “o que medimos e como medimos são questões teóricas”. Portanto, toda observação é também uma interpretação.

Se o arqueólogo tem um papel ativo como produtor de conhecimento, isso obviamente significa que a produção de conhecimento não é uma tarefa automática. Pelo contrário, produzir conhecimento arqueológico é um processo interpretativo, é a construção de um discurso: transformar coisas em palavras, dar sentido às coisas através das palavras. Então, a relação entre as coisas e o texto é feita pelo arqueólogo que, deliberadamente ou não, está dando valores, significados, às coisas e a seu texto.

A produção arqueológica, como toda produção científica, é escrita, é articulada, é discursiva. Portanto, podemos dizer que a escrita da arqueologia não é só um meio para divulgar resultados de pesquisa. A escrita da arqueologia é também a própria construção dos resultados. O discurso é a produção. É como a pintura do cachimbo de René Magritte: entre a linguagem e as coisas, existem os significados. Não existe uma relação direta, transparente, entre a linguagem e as coisas (Tilley, 1990:282). Se “isto não é um cachimbo”, a escavação também não é o passado. O passado é a construção que nós fazemos hoje, a partir das informações que conseguimos perceber dos vestígios.

Quando fazemos um projeto de arqueologia, nós escolhemos como vamos construir o passado. Escolhemos quem poderá participar dessa construção. Escolhemos o que poderá fazer parte desta construção. É uma responsabilidade nossa. E é sobre essas escolhas, em um projeto que desenvolvemos no Amapá, que discorremos aqui.

I. Políticos, Imprensa e Cientistas

O Projeto de Investigação Arqueológica na Bacia do Rio Calçoene é financiado pelo Governo do Estado do Amapá e teve início em 2005. Calçoene tem sido a sede dos trabalhos de campo até o momento e é um dos 16 municípios do Estado do Amapá, distante cerca de 270 km da capital, Macapá. Situado na região nordeste do Estado, é um município de grande área, porém com uma população pequena, por volta de sete mil habitantes, sendo 5000 na área urbana. (IBGE, 2000).

Esse projeto foi criado sobre duas questões principais: a produção de conhecimento científico sobre as antigas populações indígenas e o envolvimento da comunidade local. Sendo um projeto totalmente financiado pelo Governo do Estado, houve sempre um interesse explícito em promover o desenvolvimento econômico e social da região. Com isso, o projeto nunca teve interesses apenas acadêmicos. A história de criação do projeto ajuda a explicitar esse contexto sócio-político.

Em Novembro de 2005, uma equipe de pesquisadores e técnicos do Estado estava na região de Calçoene fazendo alguns trabalhos. Um integrante da equipe convidou os outros para visitar o local onde havia “umas pedras fincadas no chão”. Esse era o sítio AP-CA-18, na época conhecido basicamente só pela população local e uns poucos visitantes (figura 1). É um sítio belíssimo: uma estrutura circular de grandes megalitos, com 30 metros de diâmetro. Nas escavações, a nossa percepção é de contextos cerimoniais: enterramentos, oferendas, visitas (Cabral & Saldanha, 2008).



Figura 1 - Mapa de localização do sítio arqueológico AP-CA-18

Além da impressionante estrutura que a equipe viu, um dos participantes, Elias José Ávila, meteorologista do IEPA, teve a sensibilidade de observar em um dos blocos um possível alinhamento com o sol durante o Solstício, até aí apenas como hipótese, que depois foi comprovada. Então, o botânico Benedito Rabelo, na época Diretor do Centro de Ordenamento Territorial do IEPA, escreveu um relatório sobre essa situação e enviou-o diretamente para o Governador. O relatório começa assim:

Ao Excelentíssimo Senhor Antônio Waldez Góes da Silva:

Governador do Estado do Amapá
Dirigimo-nos a Vossa Excelência para dar conhecimento sobre uma condição histórica-cultural (arqueológica) do Estado do Amapá que, a nosso ver, antes mesmo de ser tratada como objeto de estudos especializados, pode ser considerada como condição de importância estratégica para o Estado e carecer de medidas urgentes que lhes assegurem guarda e proteção frente à vulnerabilidade em que se encontra (Rabelo, 2005:1).

O que ele destaca é que patrimônios deste tipo devem ser tratados não apenas como objeto de pesquisa, mas também como questão de gestão e ordenamento territorial. A importância estratégica não é apenas pela preservação de patrimônio como responsabilidade social ou cultural, mas ao uso que pode ser dado a esse patrimônio, como turismo, por exemplo. Tanto mais interessante se lembrarmos que o Amapá já usa o simbolismo do equinócio como atrativo turístico (figura 2), como Rabelo destaca no relatório:

Ao lembrar que o Marco Zero do Equador, com seu simbolismo, mesmo construído em cimento e areia tanto vem contribuindo com o desenvolvimento deste Estado, o que não pensar de relíquias que em tempos pretéritos também foram utilizadas para demarcar hábitos e costumes de outras gerações com a dimensão temporal? (Rabelo, 2005: 8)



Figura 2 - O monumento no Marco Zero do Equador – atração turística hoje – e o monumento megalítico em Calçoene – atração turística amanhã? (Créditos: Ricardo D’Almeida -Marco Zero do Equador - e M. Cabral - sítio AP-CA-18).

O sítio AP-CA-18 tem sido, desde então, entendido como um atrativo turístico com alto potencial. Durante muitos encontros que nós tivemos com políticos, autoridades do Estado e outros pesquisadores, sempre o turismo apareceu como o principal meio de desenvolvimento econômico através da arqueologia. Esse é um dos motivos que fez o Governo do Estado investir na pesquisa. Outro motivo é um interesse que o governo tem expressado para a preservação e para a valorização do patrimônio arqueológico.

Como exemplo disso, em 2005, foi criado o *Programa Estadual de Preservação do Patrimônio Arqueológico*. Em 2006, junto com o SEBRAE/AP, foi publicado um livro-manual para incentivar o uso de grafismos arqueológicos hoje. Como afirma o governador na apresentação do livro: “A herança cultural identificada nos sítios arqueológicos encontrados em nosso estado (...) muito contribuirá para o entendimento e esclarecimento desse período histórico, ao mesmo tempo em que pro-

moverá a redescoberta de nossas raízes” (Góes da Silva, 2006: 5).

Foi nesse ambiente muito sensível ao patrimônio arqueológico que nosso projeto teve início. Mas esse interesse explícito do governo, de autoridades, de políticos, de setores empresariais, também mostrou claramente que muitos discursos seriam – ou até já estavam sendo – produzidos. Essa situação destacou a necessidade de fazermos um projeto inclusivo, que fosse aberto não só para os discursos dos nossos financiadores (o próprio Estado), mas também para outros discursos possíveis, como da comunidade local. E essa é ainda uma experiência em andamento.

II. Quebrando a Barreira Epistemológica:

O Município de Calçoene hoje em dia é habitado principalmente por população cabocla, portanto pessoas inseridas na cultura ocidental. Isso é importante por que elas têm um conhecimento básico sobre o

que é uma pesquisa científica, ao menos na forma como é transmitido pelos grandes meios de comunicação ou nas escolas. Isso permitiu uma situação para nós confortável de início, já que existia uma base para apresentarmos nossos objetivos. Porém, ao mesmo tempo, é uma situação que traz já uma barreira pré-estabelecida. Nós chegamos portando o que Viveiros de Castro chama de “vantagem epistemológica” (2002:2). De um lado estamos nós, arqueólogos, cientistas portadores do conhecimento, e do outro lado estão eles, comunidade local, receptores de conhecimento. Eles já nos receberam como portadores de conhecimento, como os especialistas, o lugar-comum de cientistas. E o desafio ainda é quebrar essa barreira, transformá-los de parceiros passivos em parceiros ativos.

Além de formas bem usuais de inserção com a comunidade, como palestras nas escolas, em centros comunitários e muita conversação informal, nós também usamos um outro meio de comunicação: a rádio. No interior do Estado há muito poucas linhas telefônicas, e elas só alcançam os pequenos centros urbanos. As estações de rádio funcionam como o principal meio de comunicação. As pessoas trocam recados pela rádio: desde avisos entre parentes em situações graves, como doença e morte, a recados entre patrões e empregados e entre amigos. A rádio Calçoene FM tem, portanto, uma audiência incrível. É possível encontrar aparelhos de rádio em todas as casas, especialmente nas mais distantes; sem luz, sem água, mas com rádio. A rádio é o principal meio de comunicação.

Nós fizemos muito uso desse meio. Enquanto falávamos na rádio, ouvintes ligavam, outros iam até lá, e outros ainda deixavam recados. Daí surgiram não apenas muitas informações, como também dúvidas da população e mesmo muitos

questionamentos, principalmente sobre o destino das peças que poderiam ser encontradas.

Quando nós começamos a escavação, depois de seis meses de visitas e contatos na cidade, a maior parte da população conhecia o projeto e sabia qual era nossa posição sobre a participação deles, sobre a guarda do material, sobre futuros projetos. E com a participação de alunos de ensino médio nas escavações, que receberam treinamento de campo e laboratório, e também participaram nas entrevistas com informantes, a colaboração se fortaleceu. Nós já não éramos mais estranhos, e uma confiança mútua surgia.

Uma parte importante desse processo tem sido algumas aparições do sítio AP-CA-18 na grande mídia. Em maio de 2006, quando as escavações nem tinham sido iniciadas, o Governo do Estado decidiu apresentar a “descoberta”. Foi feita uma entrevista coletiva no Palácio do Governo e o próprio governador anunciou a descoberta arqueológica.

O resultado desse anúncio público gerou uma cadeia de publicações nos mais inesperados meios de comunicação. Do Jornal Nacional à Revista Seleções, o sítio apareceu praticamente no mundo todo. O sítio levou o pequeno e pobre município de Calçoene para a mídia, para os jornais e para a televisão. Considerando que aparecer no Jornal Nacional é algo raro, mesmo para o Estado do Amapá, imagine-se o que não foi para a cidade de Calçoene... E daí nasceu um sentimento de orgulho, orgulho por ver uma coisa do seu município sendo chamada de especial, orgulho por conhecer de perto, de ser um pouco dono daquilo. O sentimento de propriedade desse patrimônio ajudou muito na participação das pessoas no projeto. O que nós sentimos é que eles começaram a querer participar do projeto.

Isso garantiu uma aproximação muito mais interessante entre nós e eles. É claro que a barreira entre conhecedores e receptores não foi ainda desfeita, mas ela diminuiu. Durante as escavações, nós recebemos centenas de visitantes. Alguns, como estudantes de ensino fundamental e médio, eram esperados, faziam parte da rede de contatos formais que tínhamos com as escolas e a prefeitura, mas muitos outros não eram. E tirar fotos no sítio era sagrado: o interessante é que a máquina era nossa. Então, não eram fotos para eles terem cópias, mas fotos para nós termos eles inseridos no projeto.

É claro que a maior parte dos visitantes demonstrou apenas uma curiosidade geral, interessados em ver de perto o que apareceu na TV. A barreira epistemológica continuava lá. Mas algumas situações nos convenceram que era possível realmente superá-la. Foi o caso com o Senhor Roseno Sarmiento dos Santos. As únicas descrições sobre poços funerários no Amapá eram as de Emilio Goeldi, do final do século XIX (Goeldi, 1905). Goeldi havia escavado dois poços no Cunani, uma localidade no norte do Município de Calçoene. E ali estava o Roseno, na nossa frente, que já havia aberto três poços funerários em vários sítios na área. Tornou-se um grande parceiro; não apenas nos levando a vários outros sítios, mas também nos ajudando a compreender o primeiro poço funerário que escavamos.

Um outro exemplo é o Senhor Lailson Camelo da Silva, conhecido como Garrafinha. É dele o relato mais antigo que temos do sítio AP-CA-18, assim como os relatos das transformações mais recentes: retirada da floresta de galeria, queimadas, pasto, criação bovina. A partir de Setembro de 2006, ele tornou-se guardião do sítio e hoje está a serviço do IEPA, cuidando da área e recebendo os visitantes que continuam a aparecer. Houve um momen-

to muito interessante durante as escavações. O Garrafinha é um grande contador de histórias e jamais perde a oportunidade de contar o que ele sabe e conhece sobre o sítio. Porém, em algum momento, ele começou a mudar seu discurso. Ele começou a ressaltar o quanto ele mesmo havia destruído o sítio: fazendo queimadas, derrubando árvores, juntando peças. E em seguida dizia: “eu era ignorante, mas hoje eu sou o guardião do sítio e agora eu faço tudo pra preservar”.

Para nós está bem claro que ainda temos muito a fazer, principalmente por que gostaríamos que a comunidade fosse mais ativa em relação ao projeto e que a barreira epistemológica fosse vencida. A relação especialistas-receptores ainda domina a cena, mas um sentimento de responsabilidade em relação ao patrimônio está crescendo; isso nos motiva a seguir esse caminho. Hoje, uma discussão na Câmara de Vereadores de Calçoene reforça essa mudança de percepção sobre o patrimônio. Eles estão discutindo a guarda do material arqueológico, propondo alternativas para que o material volte ao município, o que nos mostra que o principal resultado dessa experiência de tentar incluir a comunidade local, pelo menos até o momento, é essa mudança de percepção. O patrimônio arqueológico transformando-se de simples curiosidade (se tanto), para uma questão política no município.

São mudanças deste tipo que nos fazem agir muito mais cautelosamente na construção dos nossos discursos. O que nós falamos sobre o sítio, a forma como recebemos as visitas, a forma como nos relacionamos com eles, tudo influi na nossa construção. E quanto mais direto o envolvimento de outros atores, mais cuidado nós temos que ter nas nossas afirmações, por que elas alcançam de fato essas pessoas. Especialmente em casos como o do sítio AP-CA-18, que deve ser

transformado em um parque para visitação, a forma como o projeto é conduzido pode transformar essa comunidade. E pode não ser uma transformação igualitária (Sandlin & Bey, 2006).

A experiência que nós participamos hoje em Calçoene é uma tentativa de romper essa barreira epistemo-lógica. Não podemos falar em “abrir” um sítio à interpretação, simplesmente porque é impossível fechá-lo à interpretação. Todos nós, arqueólogos ou não, estamos interpretando sítios quando os visitamos. O que nós precisamos não é abrir os sítios à interpretação; o que nós precisamos é abrir nossos projetos a outras interpretações. E abrir nossas práticas, nossas teorias e nossos discursos aos outros pode ser o início da construção de arqueologias realmente híbridas.

Agradecimentos

Este artigo é o resultado de uma discussão proposta por Sílvia Moehlecke Copé e José Alberione dos Reis para uma mesa redonda que aconteceu no encontro da SAB em 2007, o que nos leva a agradecer-los pelo convite à participação e pelas frutíferas discussões oriundas do contato entre pesquisadores e experiências diversas. Agradecemos especialmente ao fotógrafo Ricardo D’Almeida pela gentil cessão da foto do Marco Zero do Equador em Macapá.

Recebido para publicação em abril de 2009.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA, M. 2003. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, 1 (1):275-296.
- CABRAL, M.P. & J.D.M. SALDANHA. 2008. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. *Revista de Arqueologia*, Belém, 21 (1):9-26.
- GOELDI, E. 1905. *Excavações Archeologicas em 1895. 1ª parte: As Cavernas Funerarias Artificiaes dos Indios Hoje Extinctos no Rio Cunany (Goanany) e sua Ceramica*. Belém, Museu Emílio Goeldi.
- GÓES DA SILVA, A.W. 2006. *Identidade fortalecida*. In: *SEBRAE/AP. O Legado das Civilizações Maracá e Cunani: O Amapá Revelando sua Identidade*. Macapá, SEBRAE/AP, pp. 1-5.
- HODDER, I. 1992. *Theory and Practice in Archaeology*. London, Routledge.
- IBGE. 2000. *Censo Demográfico*. São Paulo, IBGE.
- LIMA, T.A. 2007. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, São Paulo, 33:5-21.
- RABELO, B.V. 2005. *Relatório Cunani*. Macapá, IEPA.
- REIS, J.A. 2007. Lidando com as coisas quebradas da história. *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, 2:33-44.
- SANDLIN, J.A. & G.J. BEY III. 2006. Trowels, trenches and transformation: a case study of archaeologists learning a more critical practice of archaeology. *Journal of Social Archaeology*, (9)2:255-276.
- SHANKS, M. & C. TILLEY. 1987. *Social Theory and Archaeology*. Cambridge, Polity Press.
- SHANKS, M. & C. TILLEY. 1992. *Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice*. London, Routledge.
- SHEPERD, N. 2008. WAC at a crossroads. *Journal of the World Archaeological Congress*, 4 (1): 1-7.

THOMAS, J. 1996. *Time, Culture and Identity: An Interpretive Archaeology*. London, Routledge.

TILLEY, C. 1989. Archaeology as socio-political action in the present. In: WYLIE, A. & V. PINSKY (eds.). *Critical Traditions in Contemporary Archaeology: Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, pp. 104-115.

TILLEY, C. 1990. Michel Foucault: towards an archaeology of archaeology. In: TILLEY, C. (ed.) *Reading Material Culture: Structuralism, Hermeneutics and Post-Structuralism*. Oxford, Blackwell, pp. 281-346.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 2002. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, (8)1:113-148.

WYLIE, A. 1989. Introduction: socio-political context. In: WYLIE, A. & PINSKY, V. (eds.) *Critical Traditions in Contemporary Archaeology: Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, pp. 93-95.

